ATA Nº 03/2021

Reunião Ordinária de

18 de Abril de 2022

Ao **décimo oitavo dia** do mês de **abril** do ano de **dois mil e vinte e dois**, no salão nobre do edifício da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia, sito na Praça D. Lourenço Vicente n.º 1, Lourinhã, realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, uma sessão **Ordinária da Assembleia de Freguesia**, convocada pelo seu Presidente, a pedido da Junta da União das Freguesias de Lourinhã e Atalaia, de acordo com o disposto no artigo nono do Regimento da Assembleia de Freguesia.

Estiveram presentes os seguintes Membros da Assembleia:
Vítor Miguel Mota Cruz, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, **Maria da Graça Silva Santos Guerra,** na qualidade de 1ª secretária, **Ludgero Fernando Caetano Lourenço** na qualidade de 2º secretário, **Octávio dos Santos Pereira Perluxo; Jorge Humberto de Sousa Costa; João Carlos da Cruz Pereira; Ana Catarina da Costa Antunes Pereira; Pedro Manuel Botto e Sousa Quintans; Maria da Conceição Santos Perdigão Rolim; Sérgio Nuno e Sousa de Oliveira; Paulo Jorge Duarte Júlio e Rui Manuel Ferreira dos Santos Príncipe Correia**.
Faltou com justificação **Vanessa dos Santos Silva Batista.**

Estiveram ainda presentes os membros da Junta da Freguesia:
Pedro Margarido, Presidente; **Fernando Ferreira**, Secretário; **Maria Matos**, Tesoureira e os Vogais **Augusto Henriques** e **Fernanda Matias**.

O Presidente da Mesa da Assembleia Vítor Mota, abriu a sessão agradecendo a presença de todos e fez a leitura da convocatória, com a seguinte Ordem do Dia:

Ponto um - Proposta n.º 1 - Apreciação e votação da Conta Gerência do ano de 2021;
Ponto dois - Proposta n.º 2 - Apreciação e conhecimento do Inventário Patrimonial da Freguesia referente ao ano de 2021;
Ponto três - Proposta n.º 3 - Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental;
Ponto quatro - Proposta n.º 4 - Apreciação e votação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos;
Ponto cinco - Proposta n.º 5 - Apreciação do Relatório do Estatuto de Direito de Oposição;
Ponto seis -Proposta n.º 6 - Nomeação de membros da Assembleia de Freguesia para a Coordenação do Orçamento Participativo da Freguesia;
Ponto sete -Proposta n.º 7 - Discussão do documento de trabalho sobre a Lei 39/2021 de 24 de junho, relativo à criação e desagregação de Freguesias;
Ponto oito - Voto de Pesar à Família de Vítor Manuel Mota Batista;
Ponto nove - Voto de Pesar à Família de Fernando Ferreira Soares;
Ponte dez - Voto de Pesar à Família de Manuel Carlos Marques;
Ponto onze - Voto de Pesar à Família de José Henrique Correia da Silva;
Ponto doze - Informação Escrita do Presidente;
Ponto treze - Outros assuntos de interesse para a freguesia.

De seguida questionou se alguém do publico desejava inscrever-se para usar da palavra no período de Intervenção do Público.

O Membro da Assembleia Pedro Quintans pediu esclarecimentos ao Presidente da Mesa sobre o período para inscrição do público referindo que no seu entendimento a convocatória/ edital indica que só o era possível até às 16:30 horas deste dia.
O Presidente da Mesa Vitor Mota disse que a hora indicada é para o envio de questões de cidadãos que não podiam estar presentes ou para, devido às condicionantes, inscrições para estarem presentes na reunião. Questionou o funcionário Valdemar Silva se a Junta de Freguesia havia rececionado algumas questões do público.
O Funcionário Valdemar Silva respondeu que não foram rececionadas questões do público e que dois cidadãos se inscreveram para estarem presentes na reunião.
O Presidente da Mesa Vitor Mota esclareceu o seu ponto de vista que sendo as reuniões da Assembleia públicas e havendo público presente é seu dever dar a possibilidade de esses cidadãos se inscrever para intervir, caso o desejam, no período correspondente.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans argumentou que a regra, conforme está inscrito na convocatória, era que os cidadãos, para participar na Assembleia, teriam de se inscrever até a referida hora e que esta é uma decisão unilateral do Presidente da Mesa sendo que havendo uma exceção á regra deveria ter a concordância dos membros da Assembleia.
O Membro da Assembleia Paulo Júlio questionou se necessitava de se inscrever para poder intervir na Assembleia.
O Presidente da Mesa Vitor Mota esclareceu que só é necessária a inscrição prévia do público presente e que os Membros da Assembleia têm trinta minutos, no período Antes da Ordem do Dia, para expor os assuntos fora da ordem do dia. Disse ainda que já exerce este cargo há vários anos e que continuará a dar a palavra aos cidadãos presentes nas reuniões sendo esta, no seu entender, uma forma democrática de o exercer. De seguida colocou à votação a Ata da última sessão da Assembleia de Freguesia, enviada para todos os membros antecipadamente, sendo **aprovada por maioria** dos membros presentes, não tendo participado na votação os membros **Maria da Graça Silva Santos Guerra e Maria da Conceição Santos Perdigão Rolim,** por não terem participado na última sessão.

Havendo inscrições do público presente o Presidente da Mesa, Vítor Mota, deu início ao período de Intervenção do Público.

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O cidadão Renato Henriques disse que é com satisfação que constata que na ordem dia está a proposta de criação da Freguesia de Atalaia. Informou a Assembleia, na qualidade de presidente da Comissão de Festas da Atalaia, que este ano vão realizar a Festa da Atalaia e que contam com o apoio da Junta de Freguesia. Por último sugeriu a inclusão na ordem do dia um voto de pesar pelo falecimento de Francisco Manuel da Fonseca Marques, cidadão da Atalaia com ligação ao Sporting Clube Lourinhanense e à ornitologia na Freguesia.
O cidadão Brian Silva felicitou o Presidente da Mesa, Vitor Mota, por ter dado a palavra ao público presente considerando que está correto a sua interpretação das leis que regem as assembleias, sendo que a inscrição prévia é para que haja uma ordem. Felicitou também a Assembleia na pessoa do Presidente da Junta, Pedro Margarido, por ter cumprido o seu compromisso em trazer à discussão a aprovação da desagregação das Freguesias, honrando

assim a vontade das populações e das pessoas que na altura lutaram para que não houvesse agregação.

Não havendo mais pedidos de intervenção do público, o Presidente da Mesa Vitor Mota questionou os membros da Assembleia se concordavam em juntar o período antes da ordem do dia ao ponto treze – Outros Assuntos de Interesse para a Freguesia. Havendo concordância dos membros o Presidente da Mesa Vítor Mota abriu o período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Ponto um - Proposta n.º 1 - Apreciação e votação da Conta Gerência do ano de 2021

O Presidente da Mesa Vitor Mota passou a palavra ao Presidente da Junta, Pedro Margarido, que agradeceu a presença dos Membros da Assembleia e do público e informou que os documentos em discussão foram enviados atempadamente aos membros da Assembleia e serão apresentados nesta sessão em "PowerPoint". O relatório de gestão será apresentado pela Tesoureira Maria Matos e os documentos de Prestação de Contas pela funcionária Ana Celeste. Após a apresentação, afirmou que os resultados positivos da Conta de Gerência advém de uma gestão rigorosa do executivo da Freguesia e da dedicação e empenho dos funcionários, que são essenciais para um bom serviço à população. Disse também que considerando a dimensão da Freguesia e as competências delegadas são necessários muitos funcionários. Realçou o serviço de recolha de monos, a limpeza e manutenção das praias. Informou depois a Assembleia que alguns funcionários terminaram o seu vínculo com a Junta de Freguesia e que outros encontram-se em baixa prolongada pelo que em breve a Junta irá abrir concurso de admissão para mais operacionais. Aproveitou para agradecer publicamente, pela sua dedicação, o serviço da funcionária Ana Celeste que terminou recentemente o seu vínculo com a Junta de Freguesia. Explicou à Assembleia o porquê do Saldo de Gerência ser elevado, que se deve ao pagamento integral de uma dívida da Câmara Municipal no mandato de 2013-2017 e explicou que o executivo mantém-se um valor de cem mil euros em reserva para assegurar o funcionamento da Junta de Freguesia em caso de emergência, dando como exemplo o orçamento de estado que ainda não foi aprovado e poderia levar a atrasos no pagamento dos duodécimos o que iria por em causa o pagamento a tempo das obrigações da Junta de Freguesia.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans pediu a palavra para agradecer também à Funcionária Ana Celeste o seu serviço e dizer que os Membros da Assembleia eleitos pela coligação "Lourinhã somos Nós" acreditam que as contas que são apresentadas são as corretas, conhecendo o funcionamento da Junta e o serviço dos funcionários, apesar de não concordarem com as opções de gestão. Agradeceu e valorizou o envio com maior antecedência dos documentos a serem discutidos nesta reunião da Assembleia.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu que compreende o seu ponto de vista e que as opções do executivo têm em foco o bem-estar das pessoas, sendo que no seu entender, é fundamental trabalhar também em parceira com a Câmara Municipal para

desenvolver os serviços à população com custos mais reduzidos. Realçou de novo o bom desempenho dos funcionários da Junta.
O Membro da Assembleia Paulo Júlio pediu a palavra para dizer que apesar do orçamento de estado não estar aprovado os salários e outras obrigações da Freguesia são assegurados pelo orçamento anterior.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, reforçou que, manter o referido valor em reserva, era uma opção do executivo.
Não havendo mais pedidos de esclarecimentos ou de intervenção, o Presidente da Mesa Vítor Mota, passou à votação da proposta sendo **aprovada por maioria, com os votos contra dos Membros da Assembleia Pedro Quintans, Conceição Rolim, Sérgio Oliveira, Paulo Júlio e Rui Correia.**
O Membro da Assembleia Rui Correia apresentou uma declaração de voto oral que se resume: 1° vota contra porque havia outras obras para fazer; 2° por não estar inscrito um estudo/ projeto para a fonte da Areia Branca; 3° pela atribuição de subsídios às associações sem ter em consideração a sua representatividade, integração de jovens e mais-valias para a Freguesia.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans apresentou uma declaração de voto oral que se resume, o voto é desfavorável porque teria outras linhas orientadoras e de gestão sobre as ações desenvolvidas em 2021.

Ponto dois - Proposta n.° 2 - Apreciação e conhecimento do Inventário Patrimonial da Freguesia referente ao ano de 2021

O Presidente da Mesa Vitor Mota questionou o Membros da Assembleia se desejavam esclarecimentos ou intervir neste ponto. Havendo inscrições deu a palavra ao Membro da Assembleia Rui Correia.
O Membro da Assembleia Rui Correia fez uma chamada de atenção ao executivo para ter cuidado com o estado do material, equipamento e património que será devolvido na desagregação das Freguesias.
O Presidente da Junta Pedro Margarido explicou que a lista de inventário inscrita nos documentos de criação das Freguesias de Lourinhã e de Atalaia serão revistos em 2025, quando for efetivada essa desagregação. Garante que todos os equipamentos serão entregues em ótimas condições de funcionamento. Mais, disse que o ponto em discussão é relativo ao inventário adquirido e abatido em 2021.
Não havendo mais pedidos de intervenção ou esclarecimento, nem havendo lugar a votação deste ponto o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou ao ponto seguinte.

Ponto três - Proposta n.° 3 - Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, convidou o Presidente da Junta a tecer explicações sobre o documento em discussão.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, explicou que esta revisão, do orçamento para 2022, é para inclusão de parte do saldo gerência de 2021 para reforçar as rúbricas que foram analisadas e referenciadas pelos serviços, que iriam ultrapassar até ao final do ano o valor previsto inicial, dando como exemplo o pagamento dos seguros em vigor.

O Membro da Assembleia Pedro Quintans pediu a palavra para dizer que irá votar contra sendo que estas são opções de gestão e que no seu entender reforçava outras rúbricas.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, afirmou que muitas das rúbricas reforçadas são inevitáveis, como por exemplo a rubrica para aquisição de combustíveis. Acredita que os executivos que tem liderado têm vindo ao longo dos anos a fazer uma gestão rigorosa, não tendo dividas a terceiros. Na sua opinião, independentemente de quem estivesse a gerir a Junta de Freguesia noventa por cento destas rúbricas teriam de ser reforçadas.
Não havendo mais pedidos de esclarecimentos ou de intervenção, o Presidente da Mesa Vítor Mota, passou à votação da proposta sendo **aprovada por maioria, com os votos contra dos Membros da Assembleia Pedro Quintans, Sérgio Oliveira, Paulo Júlio e Conceição Rolim.**

Ponto quatro - Proposta n.º 4 - Apreciação e votação da 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos

O Presidente da Mesa Vitor Mota convidou o Presidente da Junta a pronunciar-se sobre o documento em discussão.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, explicou que ao realizar a revisão do orçamento é revisto também o Plano Plurianual de Investimentos, nas rúbricas que estão inscritas neste documento.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans pediu a palavra para transmitir que por uma questão de coerência irá também votar contra esta revisão.
O Membro da Assembleia Rui Correia questiona se o valor de cinquenta mil euros é o valor de aquisição da viatura, referida anteriormente pelo Presidente da Junta e que foi colocada ao serviço na localidade de Atalaia. Alertou para o facto de os parques infantis que foram recentemente reabilitados continuarem sem a indicação do limite de idade.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu ao Membro da Assembleia Rui Correia que o documento em discussão é a revisão orçamental do Plano Plurianual de Investimentos para 2022 e que a referida carrinha já foi adquirida em 2021. O valor inscrito no PPI visa a aquisição de uma nova viatura ligeira para substituição, durante o ano de 2022, de uma carrinha com vinte e quatro anos de idade e para substituição do jipe. Sobre os Parques infantis disse que a Junta de Freguesia só é responsável por um, sendo todos os outros, dentro da área geográfica da Freguesia, da responsabilidade da Câmara Municipal da Lourinhã que conta com a colaboração da Junta de Freguesia. Disse que a técnica superior da Câmara Municipal, responsável pelos parques infantis, o informou que todos os equipamentos têm uma placa com informações técnicas em que consta a idade limite para utilização e que ao colocar um limite de idade de acesso à área do parque infantil os pais não poderiam entrar dentro do recinto.
Não havendo mais pedidos de esclarecimentos ou de intervenção, o Presidente da Mesa Vítor Mota, passou à votação da proposta sendo **aprovada por maioria, com os votos contra dos Membros da Assembleia Pedro Quintans, Sérgio Oliveira, Paulo Júlio; Conceição Rolim e Rui Correia.**

Ponto cinco - Proposta n.º 5 - Apreciação do Relatório do Estatuto de Direito de Oposição

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, convidou o Presidente da Junta a explicar o documento em apreciação.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, referiu que este documento sintetiza os contactos e as atividades realizadas com os Membros da Assembleia da oposição durante o ano de 2021, inclusive no período após as eleições autárquicas e que está disponível para esclarecer alguma dúvida dos Membros da Assembleia.
Não havendo pedidos de intervenção ou esclarecimento, nem havendo lugar a votação deste ponto o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou ao ponto seguinte.

Ponto seis -Proposta n.º 6 - Nomeação de membros da Assembleia de Freguesia para a Coordenação do Orçamento Participativo da Freguesia

O Presidente da Mesa Vitor Mota convidou o Presidente da Junta a tecer explicações sobre este ponto.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, e explanou o funcionamento do Orçamento Participativo da Freguesia e havendo uma nova composição da Assembleia de Freguesia solicitou aos partidos com assento na Assembleia a nomeação de Membros da Assembleia para a Coordenação e Comissão Técnica deste processo. Falou ainda sobre o projeto para reabilitação das escadas de Porto de Barcas, que continua inscrito no orçamento da Freguesia, mas que ainda não tem autorização da APA.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, informou a Assembleia os Membros nomeados pelo Partido Socialista, sendo para a Coordenação a Membro da Assembleia Ana Catarina da Costa Antunes Pereira e para a Comissão Técnica o Membro da Assembleia João Carlos da Cruz Pereira.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans solicitou esclarecimento sobre se as propostas para o processo de Orçamento Participativo que não tenham todas as autorizações, na altura em que são entregues para análise, são imediatamente rejeitadas pelo executivo e se isso está inscrito no regulamento.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, esclareceu que quem faz a análise das propostas é a comissão técnica não tendo o executivo qualquer intervenção nessa fase. Explanou ainda que na altura de receção das propostas, pelos serviços da Junta de Freguesia, é realizada uma verificação dos documentos recebidos e em caso de falta, antes de ser entregues à comissão técnica, é feito o contacto com os proponentes para colmatar essas faltas. Depois na análise das propostas pela comissão técnica, caso sejam necessários mais elementos, a comissão técnica dá aos proponentes um prazo para entrega desses elementos.
O Secretário da Junta, Fernando Ferreira, pediu a palavra e elucidou a Assembleia dizendo que as normas são atualizadas anualmente pela Coordenação do processo de Orçamento Participativo da Freguesia.
O Membro da Assembleia Pedro Quintas afirmou que vai enviar o mais rápido possível ao executivo a nomeação do Membro da Assembleia eleito pela coligação "Lourinhã Somos Nós".

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, chamou a atenção dos Membros da Assembleia eleitos pela coligação "Lourinhã Somos Nós", para fazer a nomeação de dois membros, um para Coordenação e outro para a Comissão Técnica do processo, solicitando que tenham em consideração as suas qualificações e aptidões.
O Secretário da Junta, Fernando Ferreira, pediu a palavra e dando nota que no caso do Membro Eleito pelo partido CHEGA, sendo o único, terá de ser ele o nomeado para os dois órgãos.
O Membro da Assembleia Rui Correia pediu a palavra para transmitir que está disponível para assumir as referidas funções.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, solicitou ao Membro da Assembleia Rui Correia que fizesse nota dessa disponibilidade por escrito ao executivo.
Não havendo mais pedidos de intervenção ou esclarecimento, nem havendo lugar a votação deste ponto o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou ao ponto seguinte.

Ponto sete - Proposta n.º 7 - Discussão do documento de trabalho sobre a Lei 39/2021 de 24 de junho, relativo à criação e desagregação de Freguesias

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, explanou que é Assembleia Freguesia o órgão com poderes para dar início ao processo de desagregação das Freguesias. Relatou que houve reuniões de trabalho entre o executivo e o Presidente da Mesa sobre este assunto e no decorrer destas solicitou ao Secretário da Junta Fernando Ferreira, tendo este expresso a sua disponibilidade, pela sua capacidade de síntese, de análise e de conhecimento da lei para reunir todos os pressupostos, preceitos e fundamentos legais para elaborar a proposta de desagregação das Freguesias. Apesar de ser uma proposta de desagregação, esta é composta por dois documentos, a da Criação da Freguesia de Lourinhã e da Criação da Freguesia de Atalaia. Será então a Assembleia o órgão que dará nesta sessão o início do processo de desagregação representado nessa decisão a legitimidade proveniente das eleições autárquicas. Disse que solicitou ainda uma reunião com os Membros da Assembleia da Oposição, Pedro Quintans e Rui Correia, na qualidade de representantes dos membros eleitos pela Coligação "Lourinhã Somos Nós" e pelo partido CHEGA, respetivamente, no sentido de dar mais enfase a esta proposta de desagregação das Freguesias. Relatou também que o Membro da Assembleia Rui Correia disse nessa reunião que iria subscrever a proposta e que o Membro da Assembleia Pedro Quintans iria auscultar os restantes Membros eleitos pela coligação para depois se pronunciar. Realçou que a aprovação da proposta de desagregação será realizada numa Assembleia Extraordinária, tendo esse como único assunto e que na presente sessão da Assembleia é só o início do processo, refletindo dessa forma a vontade da maioria da população das duas extintas Freguesias. A Mesa da Assembleia rececionou a proposta, contendo os dois processos de criação das Freguesias e, sendo que é necessário ser subscrita por um terço dos Membros da Assembleia, pode ser subscrita pelos Membros que assim o desejarem.
O Membro da Assembleia Rui Correia pediu a palavra para questionar se podia assinar de imediato.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, respondeu que conforme dito anteriormente podia assinar se assim o desejasse.

O Presidente da Junta, Pedro Margarido, pediu para intervir e realçou que desde do primeiro dia da agregação sempre disse que quando houvesse a hipótese para desagregar iria fazer o possível para que isso fosse uma realidade. Essa era a sua posição em 2012 e hoje é coerente com essa posição, posição que tem vindo a expressar em todas as eleições em que concorreu. Salientou que, acompanhado do antigo Presidente da Junta Fernando Fonseca, participou em inúmeras manifestações e reuniões para que não houvesse agregação. Realça que está muito satisfeito por estar nesta sessão da Assembleia a dar o início da desagregação. Relatou que no passado dia um de fevereiro apresentou uma proposta ao executivo da Freguesia para marcar uma reunião com o Presidente da Mesa da Assembleia para que a Assembleia desencadeasse este processo para bem da população. Mais, disse que este assunto está a ser discutido porque foi aprovada a Lei que o permite, sem isso qualquer discussão seria fútil.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans pediu a palavra para dizer que no seu entender o que está na Ordem do Dia é a discussão do documento de trabalho. Não está em causa quem assina primeiro ou quem deu início ao processo. Nesta fase a proposta está subscrita e aceite pela mesa. Sobre o tema, julga que não há dúvidas para ninguém que a vontade popular é a favor da desagregação e na sua opinião pessoal não é só a população da Atalaia que o deseja como é vontade das duas extintas Freguesias, em que as pessoas perceberam que a agregação não fazia sentido. O princípio da gestão e dos recursos são inferiores ao sentido de posse e de identidade da sua terra. Julga, também, que em termos de representatividade desta Assembleia, foi expressivo nos programas políticos e nos discursos de campanha que assim que fosse possível iriam tomar esta decisão de desagregar. Tanto sua opinião pessoal e enquanto Membro da Assembleia, julga que o decreto-lei assenta num princípio de que a agregação foi um erro crasso. Por fim, disse que tem conhecimento que o documento final é diferente, para melhor, do apresentado na reunião preparatória e que tem confiança nas retificações realizadas pelo Secretário da Junta, Fernando Ferreira, e, portanto, expressa a vontade da bancada da Coligação "Lourinhã Somos Nós" em subscrever também o documento.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, realçou que o documento não é do Secretário da Junta, Fernando Ferreira, não é do Presidente da Junta Pedro Margarido, nem é do Partido Socialista, mas sim desta Assembleia, pedido pelo seu Presidente enquanto representante de todos os Membros da Assembleia que por sua vez representam a população. No seu entender não há a tentativa de destacar qualquer Membro da Assembleia ou Partido Político como primeiro subscritor da proposta e que o documento foi apresentado nesta altura tendo em consideração este momento de exceção para que a desagregação ocorra dentro os mesmos moldes em que as Freguesias foram agregadas, em termos de identidade, património e território.
O Membro da Assembleia Rui Correia esclareceu que na reunião prévia anuiu subscrever a proposta porque a desagregação fazia parte do seu programa político. Mais, julga que o PSD fez durante a campanha disse que iria aprovar a desagregação e não que iria realizar um referendo. Dito isto, na sua opinião os resultados da eleição refletem a vontade da população e as pessoas votaram no partido CHEGA também por esta posição política. Mais, no seu entender sendo que todas as forças políticas defenderam a desagregação, faz sentido que esta deliberação da Assembleia seja por unanimidade.

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, reforçou que afirmou na reunião prévia que gostava que a decisão fosse por unanimidade porque entende que esta terá mais força sendo aceite por todas as forças políticas.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans questionou se é possível os membros da Assembleia prescindir das senhas de presença da reunião extraordinária que irá ser agendada para discutir a desagregação.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, disse que de acordo com a lei vigente não é possível. Caso o entenda, pode, depois de receber da senha de presença, doar esse valor.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, referiu que no mandato anterior, os membros da Assembleia após terem recebido a respetiva senha de presença, doaram o seu valor a uma instituição local.
O Secretário da Junta, Fernando Ferreira, pediu a palavra para transmitir que é com muita satisfação que assiste a esta aceitação da proposta de desagregação. Disse que existe um prazo apertado e que se a proposta fosse elaborada após dezembro as condições seriam diferentes. Neste âmbito o processo é simplificado e tem um carater de exceção. De seguida explanou os passos do processo de acordo com o artigo vinte cinco da Lei em referência. Esclareceu que mesmo com a aprovação de todos os órgãos, inclusive na Assembleia da República, não há garantias que antes de 2025 haja condições para nova eleição, porque isso não está previsto na lei eleitoral vigente.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, garantiu que este processo não ficará pendente devido a atrasos pelo executivo. Expôs que nas diversas reuniões Nacionais com outros representantes autárquicos é aconselhável que o processo seja entregue em mão na Assembleia de República até ao final de novembro. Reforça que não será por causa do Executivo ou da Mesa da Assembleia que o processo ficará bloqueado. Disse ainda que, como participa nas reuniões da Associação Nacional de Freguesias, sabe que dará entrada na Assembleia da República dezenas de processos de desagregação.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, agradeceu o trabalho de elaboração dos documentos ao Secretário da Junta, Fernando Ferreira e as intervenções dos Membros da Assembleia. Disse ainda que este ponto da Ordem do Dia tinha exatamente como objetivo esclarecer alguma questão junto de quem elaborou a proposta.
Não havendo mais pedidos de intervenção ou esclarecimento, nem havendo lugar a votação deste ponto o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou ao ponto seguinte.

Ponto oito - Voto de Pesar à Família de Vítor Manuel Mota Batista

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, disse ao cidadão Renato Henriques que relativamente ao voto de pesar do cidadão que referiu não o iria incluir nesta reunião e que formalizasse por escrito ao executivo, que é órgão responsável por estas propostas, para ser votado numa próxima sessão da Assembleia.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, disse que o voto de pesar em apreciação era pelo seu empenho enquanto fundador e dinamizador do núcleo de atletismo do Sporting Clube Lourinhanense. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou de intervenção o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou à votação da proposta, sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes**.

Ponto nove - Voto de Pesar à Família de Fernando Ferreira Soares

O Presidente da Junta, Pedro Margarido disse que foi considerado este voto de pesar por ter sido um dos fundadores da Associação do Hóquei Clube da Lourinhã e pela sua disponibilidade e empenho nesta Associação. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou de intervenção o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou à votação da proposta, sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes**.

Ponte dez - Voto de Pesar à Família de Manuel Carlos Marques

O Presidente da Junta, Pedro Margarido disse que este voto de pesar é devido à sua humanidade que marcou muitas gerações na Praia da Areia Branca, não só de Lourinhanenses como de veraneantes de outros pontos do Pais, tendo salvo várias pessoas do afogamento. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou de intervenção o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou à votação da proposta, sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes**.

Ponto onze - Voto de Pesar à Família de José Henrique Correia da Silva

O Presidente da Junta, Pedro Margarido justificou este voto de pesar pela sua dedicação e contributo na defesa dos animais no Concelho, através da Associação J.A.V.A. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou de intervenção o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou à votação da proposta, sendo **aprovada por unanimidade dos membros da Assembleia presentes**.

Ponto doze - Informação Escrita do Presidente

O Presidente da Mesa, Vitor Mota, deu a palavra ao Presidente da Junta, Pedro Margarido, que quis realçar alguns pontos da Informação Escrita, tais como a sua eleição para o Concelho Geral Nacional da ANAFRE, o que lhe permite ter um conhecimento prévio e mais aprofundado de alguns assuntos de interesse para as Freguesias, mencionou também a sua nomeação para a Comissão Municipal de Ordenamento de Território e Ambiente, deu nota da realização da reunião com a Delegação da Cruz Vermelha da Lourinhã sobre a parceria para realizar rastreios, durante o mês de maio, à população da Freguesia, sobre a colaboração com a ACIRO, no mês de junho, da Rota dos Petiscos na Lourinhã e informou os Membros da Assembleia sobre o processo judicial, patrocinado pela Junta de Freguesia, do caminho da rua 08 de Dezembro, em Atalaia, processo iniciado à 3 anos, com vista clarificação se o caminho é público ou é privado e a sua possível abertura para uso da população da Atalaia, do qual o Tribunal proferiu sentença a favor da Junta de Freguesia considerando-o do domínio publico. No entanto, foi informado que esta sentença foi alvo de recurso pelo réu e que o processo ainda não terminou.
A Membro da Assembleia Conceição Rolim questionou se o processo implica de alguma forma com a vedação do terreno no lado da arriba, que julga ser do mesmo proprietário.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu que o processo judicial visa só a abertura do caminho da Rua 08 de Dezembro. Explanou que relativamente à situação da

vedação dos terrenos tem conhecimento que a APA tem esse processo tendo solicitado à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal da Lourinhã a identificação do responsável pela vedação. Mais, informou a Assembleia que considerando que a edificação de estruturas é um ato urbanístico, a Câmara Municipal da Lourinhã, por ser sua competência, levantou um auto contra o proprietário por causa da construção das escadas de madeira. No decorrer deste, o proprietário retirou as escadas, mas como os terrenos continuam vedados por ainda não haver uma decisão da APA, deixou as pessoas sem alternativa de passagem, algo que no seu entender deveria de havido a articulação nestes processos destas duas entidades para não prejudicar a população.
A Membro da Assembleia Conceição Rolim disse que lamenta que a APA não favoreça a localidade de Atalaia sendo que havia projetos para criar mais trilhos e acessos pedonais na zona da arriba.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, realçou que realmente a APA baliza as suas decisões dentro de regras muito apertadas, mas que insistindo, argumentando e fundamentando é possível realizar projetos, dando como exemplo o caminho de acesso a Porto das Barcas, em que esteve envolvido.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans disse que relativamente ao acesso pelo lado da arriba se for necessário outro processo judicial para garantir o direito à passagem da população a Junta de Freguesia pode tomar essa iniciativa.
O Membro da Assembleia Sérgio Oliveira questionou o porquê da APA colocar tantas condicionantes na Lourinhã, mais concretamente na Freguesia, considerando que em Concelhos vizinhos é possível constatar várias infraestruturas na costa.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, deu como justificação o POC Alcobaça – Cabo Espichel que no seu entender tem pressupostos errados, dando como exemplo a Praia do Areal Sul que está classificado como praia rural. Disse ainda que algumas arribas no Concelho da Lourinhã não são estáveis e que necessitam de um grande investimento, para aí se poder desenvolver projetos. No seu entender, julga que em Concelhos vizinhos não tem as arribas instáveis como na Lourinhã. Afirmou que não é por falta de iniciativa e de pressão das autarquias que os projetos não avançam.
O Membro da Assembleia Paulo Júlio questionou porque é que a Praia do Areal Sul é uma praia rural.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu que foi assim classificada por que não está inserida num aglomerado urbano e também pela sua tipologia, não sendo esta classificação atribuída pelo PDM da Lourinhã.
O Membro da Assembleia Rui Correia relembrou o Presidente que os cidadãos da Areia Branca merecem um projeto para a fonte dessa localidade.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu que conforme havia dito na última reunião, que faz parte do plano de ação da Junta realizar a reabilitação da fonte, informando-o que os portões já estão prontos. De seguida informou a Assembleia que a Câmara Municipal está a realizar um estudo para instalar carregadores de veículos elétricos no Concelho, sendo que treze serão na Freguesia de Lourinhã e Atalaia. Deu nota do périplo / reunião de trabalho entre os executivos da Freguesia e do Município onde visitaram algumas obras e situações que a Junta de Freguesia considera ser importantes para o desenvolvimento da Freguesia e referiu a relação de vias de comunicação que julga necessárias ser asfaltadas na Freguesia, numa extensão total de quatorze quilómetros.

Não havendo mais pedidos de intervenção ou esclarecimento o Presidente da Mesa, Vitor Mota, passou ao ponto seguinte.

Ponto treze - Outros assuntos de interesse para a freguesia

Havendo inscrições o Presidente da Mesa, Vitor Mota, deu a palavra ao Membro Octávio Perluxo.
O Membro da Assembleia Octávio Perluxo disse que no seu entender a iluminação pública na Freguesia está um caos com muitas avarias no sistema de elétrico e solicita a intervenção do executivo junto da EDP. Pediu também a intervenção junto dos serviços competentes para o desbaste da árvore junto à passadeira que se encontra na área do estabelecimento "Tá-se Bem", Praia da Areia Branca, que pelo seu volume tapa o candeeiro aí existente e impede a iluminação da referida passadeira para peões. Solicitou a reparação de 4 ou 5 metros da valeta de cimento junto à rotunda para o Dino Parque da Lourinhã, danificada pela atividade dos agricultores. Lamenta que não exista no Jardim Nossa Senhora dos Anjos uma área florida que seja atraente para a celebração de eventos, tais como casamentos, solicitou assim ao executivo que sensibilize os serviços municipais responsáveis pelos espaços verdes. Denunciou o estado de degradação do piso do parque infantil junto ao estabelecimento "Vila Parque", na vila da Lourinhã. Solicitou a substituição da placa de homenagem aos cidadãos José Soldado e Manuel Marques, na zona do Vigia, na Praia da Areia Branca, que se encontra degradada e não permite a sua leitura. Disse ainda que a pedra junto à fonte da Zambujeira continua lá prostrada e questionou sobre a mudança de instalações do serviço de finanças da Lourinhã
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu que o Membro da Assembleia Octávio Perluxo tem razão relativamente à iluminação e que recentemente enviou para a Câmara Municipal um rol de situações, que passou a enumerar, que julga ser urgentes resolver entre estas a iluminação junto ao referido estabelecimento na Praia da Areia Branca, disse que está atento e explicou o ponto de situação das reparações pela E-Redes, que no seu entender, julga que a Freguesia e o Concelho estão a ser mal servidos. Tomou nota sobre a área florida no Jardim N.ª Sra. dos Anjos. Sobre a valeta vai analisar, vai averiguar a situação da placa de homenagem aos cidadãos mencionados e vai diligenciar a retirada da pedra junto à Fonte da Zambujeira.
A Secretária da Mesa, Graça Guerra, informou que o processo da mudança de instalações do serviço de finanças está a avançar.
O Membro da Assembleia Pedro Quintans interveio para informar que a placa foi uma homenagem do Vigia e que está em terreno particular desta associação. Referiu que, considerando o avançado da hora, irá enviar por escrito ao executivo algumas questões. Solicitou que o executivo partilhasse por email as preocupações abordadas na referida reunião de trabalho, visita à Freguesia, com o executivo Municipal. Disse ainda que sobre a APA, conforme abordado pelo Membro da Assembleia Sérgio Oliveira, julga que era importante partilhar mais informação com os cidadãos.
O Membro da Assembleia Paulo Júlio reforçou o seu pedido da última sessão da Assembleia para a proibição de estacionamento num dos lados da rua ou para alteração dos sentidos de trânsito da Rua do Parque de Campismo, na Praia da Areia Branca, durante a época balnear, mesmo considerando que esta não é competência da Junta de Freguesia.

O Presidente da Junta, Pedro Margarido, disse que na deslocação realizada em conjunto com os serviços Municipais à Praia da Areia Branca estes não se mostraram recetivos em adotar as restrições solicitadas.
A Membro da Assembleia Conceição Rolim questionou se, não havendo previsão de concretização da recuperação das escadas de Porto das Barcas, o valor que está no orçamento da Junta não poderia ser canalizado para as obras no Pavilhão Multiusos da Atalaia, que julga necessárias.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, respondeu que tem esperança que se venha a concretizar o projeto das escadas de Porto de Barcas e que não está previsto em 2022 canalizar esse valor para outra ação, dizendo ainda que em caso de alteração do destino daquele valor a proponente do projeto de reabilitação da Escadas de Porto das Barcas teria de ser consultada.
O Presidente da Mesa, Vitor Mota, esclareceu que as intervenções necessárias no pavilhão Multiusos da Atalaia estão identificadas e as comissões de festas tem todo o interesse em as realizar. Mais, disse que existe a possibilidade de candidaturas a fundo comunitários para financiar algumas das obras.
O Membro da Assembleia Rui Correia reclamou da forma como a mesa da Assembleia está a dar a palavra aos Membros. Relativamente à comissão instaladora da criação das Freguesias, referida durante a discussão no ponto 7, está disponível para a integrar e que em 2025 estará presente para atribuir o património à Freguesia de Atalaia.
O Presidente da Junta, Pedro Margarido, solicitou ao Membro da Assembleia Rui Correia que coloque por escrito que está disponível para integrar a Coordenação e Comissão Técnica do Orçamento Participativo da Freguesia e relativamente à comissão instalador, será definida futuramente.
Não havendo mais pedidos de intervenções ou de esclarecimentos o Presidente da Mesa, Vitor Mota, deu por encerrado este ponto e acrescentou que no seu entender, durante os anos em que exerce este cargo, esta foi uma péssima assembleia no que concerne à forma de os membros da Assembleia se expressarem e solicita que no futuro se mantenha o nível do discurso e da postura, bem como se respeite a opinião de cada um. De seguida solicitou a aprovação da Ata em Minuta tendo para esse efeito se realizado a sua leitura pela Secretária da Mesa, Graça Guerra.

O Presidente da Mesa, Vítor Mota, colocou a redação da Ata em Minuta a votação tendo sido **aprovada por unanimidade pelos membros presentes.**

O presidente da Mesa da Assembleia, Vitor Mota, deu a palavra ao Presidente da Junta, Pedro Margarido, que informou os Membros da Assembleia que iria iniciar neste salão nobre, as aulas de Português aos cidadãos refugiados provenientes da Ucrânia, em colaboração com a Câmara Municipal e que está em articulação com o Município e uma instituição para entrega dos produtos alimentares e vestuário doados para os refugiados. Disse também que a Junta de Freguesia está a necessitar de nadadores-salvadores para esta época balnear, solicitando aos Membros da Assembleia a sua divulgação junto dos seus contactos.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Vítor Mota, deu por encerrada a reunião, quando eram vinte e quatro horas e trinta minutos, do décimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e, por mim, que a subscrevo.

O secretário: Maria da Graça Silva Santos Guerra

O Presidente: Vítor Miguel Mota Cruz